



UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 MAIO/2013 A ABRIL/2014

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>1.098.259.044,26</b>	<b>28.965.017,24</b>	<b>1.127.224.061,50</b>
Pessoal Ativo	748.117.386,86	11.685.586,22	759.802.973,08
Pessoal Inativo e Pensionistas	350.141.657,40	17.279.431,02	367.421.088,42
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>323.207.720,54</b>	<b>25.951.833,08</b>	<b>349.159.553,62</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	340.883,51		340.883,51
Despesas de Exercícios Anteriores	33.185.439,51	13.625.502,33	46.810.941,84
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	289.681.397,52	12.326.330,75	302.007.728,27
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>775.051.323,72</b>	<b>3.013.184,16</b>	<b>778.064.507,88</b>

**APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL**

<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>			<b>678.292.443.000,00</b>
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100</b>		<b>0,114265%</b>	<b>0,000444%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,238692%</b>		<b>1.619.029.798,05</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,226757%</b>		<b>1.538.078.308,14</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,214823%</b>		<b>1.457.126.818,24</b>

Fonte: SIAFI – COFIN/SECOF/TRT 4ª REGIÃO – 23/MAI/2014 – 16h.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
  - b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.
- 2) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 21.016.618,46
- 3) Despesa Liquidada de Precatórios da Administração Indireta: R\$ 737.861,64.

BEATRIZ RENCK  
 CORREGEDORA REGIONAL, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

SANDRO SCHIAVON  
 ORDENADOR DE DESPESAS

ROBERTO DA GAMA MÓR  
 COORDENADOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – SUBSTITUTO

TANIA MARA DE ARAUJO BORGES  
 DIRETORA DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO